Operação Jogo do Ouro: Esquema de garimpo ilegal em terra indígena de MT movimentou R$ 400 milhões

Receita Federal, PF e GAECO/MPF-MT desmantelam organização criminosa voltada ao comércio de ouro ilícito em Mato Grosso.

A Receita Federal, em colaboração com a Polícia Federal e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Federal em Mato Grosso (GAECO/MPF-MT), deflagrou na quarta-feira (25 de novembro de 2026) a Operação Jogo do Ouro. A ação investigativa tem como alvo uma suposta organização criminosa envolvida na aquisição, transporte e comercialização de ouro obtido ilicitamente, procedente principalmente de garimpos clandestinos localizados em Mato Grosso, incluindo áreas da Terra Indígena Sararé.

De acordo com análises fiscais preliminares, o esquema teria envolvido uma movimentação financeira estimada em aproximadamente R$ 400 milhões, caracterizando uma das maiores operações de combate ao ouro ilegal na região.

Como a investigação começou

O inquérito foi instaurado pela Polícia Federal em fevereiro de 2026, após a identificação de movimentações financeiras inusitadas relacionadas a saques em espécie realizados na cidade de Várzea Grande, em Mato Grosso. As transações observadas apresentavam características que sugeriram origem em atividades relacionadas à aquisição e venda de ouro de procedência criminosa.

Mediante análise aprofundada de dados financeiros e fiscais, as autoridades conseguiram mapear uma rede complexa e bem estruturada de suspeitos. Os investigados teriam atuado de forma estratégica para adquirir e comercializar ouro obtido em garimpos ilegais, particularmente os localizados na região de Mato Grosso, especialmente dentro dos limites da Terra Indígena Sararé.

As investigações detectaram movimentações financeiras incompatíveis com a renda declarada dos investigados, além de indícios de utilização de pessoas interpostas e esquemas sofisticados para encobertar rendas e patrimônios ilícitos.

Estratégias para ocultar recursos

Os investigadores identificaram mecanismos fraudulentos aparentemente utilizados para dificultar o rastreamento dos recursos e a verificação da origem e legitimidade do ouro comercializado. As operações identificadas incluem movimentações circulares de capital, fragmentação estratégica de transações, levantamentos de valores expressivos em dinheiro físico e fluxos financeiros desproporcionais à capacidade econômica das empresas envolvidas.

Resultados da operação

A Operação Jogo do Ouro resultou no cumprimento de 27 mandados de busca e apreensão e 4 mandados de prisão preventiva, distribuídos nos estados de Mato Grosso e São Paulo. Todos os mandados foram expedidos pela 7ª Vara Criminal da Justiça Federal com sede em Cuiabá, Mato Grosso.